

ANFOPE E AS LUTAS DOS EDUCADORES PELA ESCOLA PÚBLICA NA DÉCADA DE 1980: UMA VISÃO DESSA HISTÓRIA A PARTIR DA CONARCFE

ANFOPE: and the struggles of educators by the public school in the decade of 1980: a vision of this story from the CONARCFE

ANFOPE y las luchas de educadores por la escuela publica en la decade de 1980: una vision de esta historia de la CONARCFE

Marcia Angela da S. Aguiar*

RESUMO

(Re)contar a história dos anos iniciais do Movimento dos Educadores, na década de 1980, que resultou na construção da ANFOPE, nos conduz a um momento especial da sociedade brasileira que unida no combate à ditadura militar, instaurada no país desde 1964, vislumbrava, enfim, que a luta coletiva abria os caminhos para a democracia e que um novo Brasil iria emergir da luta pelas “Diretas Já”, nos idos de 1980. É nesse tempo que os educadores se reorganizam e (re)criam suas entidades representativas com pautas alinhadas aos segmentos sociais que almejavam a afirmação do Estado de Direito e de uma educação pública, gratuita, laica e de qualidade social para todos. É deste movimento que tratamos neste artigo e de como emergiu, em 1983, de forma autônoma e coletiva, a Comissão Nacional de Reformulação dos Cursos de Formação do Educador (CONARCFE) que, em 1990, se transformou na Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE). À luz do debate acadêmico sobre a formação dos educadores no Ensino Superior e com base em documentos e, também, em depoimentos de vários atores sociais, revisitamos esse processo de construção coletiva, no período da primeira coordenação da CONARCFE, com o propósito de registrar as lutas do período em foco e as contribuições desta Associação para a instituição dos marcos referenciais para a formação de profissionais da educação.

PALAVRAS-CHAVE: Anfope; Movimento dos educadores; formação de professores. profissionais da educação.

ABSTRACT

(Re) telling the story of the early years of the educators ' movement, in the 1980 decade, which resulted in the construction of ANFOPE, leads us to a special moment of the Brazilian society that united in the fight against the military dictatorship, established in the country since 1964, envied finally, that the collective struggle opened the way for democracy and that a new Brazil would emerge from the struggle for the "direct already", in the 1980. Representative entities reorganize themselves and (re) create their guidelines aligned with the social segments that sought the affirmation of the rule of law

and a public education, free, secular and of social quality for all. It is from this movement that we deal with this article and how it emerged, in 1983, in an autonomous and collective way, the National Commission for the reformulation of the training courses of the educator (CONARCFE) which, in 1990, became the National Association for the formation of Education Professionals (ANFOPE). In the light of the academic debate on the training of educators in higher education and based on documents and, also, in testimonies of various social actors, we revisited this process of collective construction, during the period of the first coordination of CONARCFE, with the purpose of recording the struggles of the period in focus and the contributions of this association to the establishment of reference frameworks for the training of education professionals.

KEYWORDS: Anfope; educators' movement; teacher training; education professionals.

RESUMEN

(Re) contar la historia de los primeros años del movimiento de educadores, en la década de 1980, que resultó en la construcción de ANFOPE, nos lleva a un momento especial de la sociedad brasileña, que se unió en la lucha contra la dictadura militar establecida en el país desde 1964, lograba percibir, que la lucha colectiva abrió el camino para la democracia y que un nuevo Brasil saldría de la lucha por lo "directo ya", en el 1980. En este momento que los educadores se reorganizan y (re) crean sus entidades representativas con agendas alineadas con los segmentos sociales que buscaban la afirmación del Estado de derecho y una educación pública, gratuita, secular y de calidad social para todos. Es a partir de este movimiento que nos ocupamos en este artículo y cómo surgió, en 1983, de manera autónoma y colectiva, la Comisión Nacional para la reformulación de los cursos de formación del educador (CONARCFE) que, en 1990, se convirtió en la Asociación Nacional para la formación de Profesionales de la Educación (ANFOPE). A la luz del debate académico sobre la formación de educadores en educación superior y basado en documentos y en testimonios de diversos actores sociales, repasamos este proceso de construcción colectiva, durante el período de la primera coordinación de CONARCFE, con la Finalidad de registrar las luchas del período enfocado y las contribuciones de esta asociación al establecimiento de marcos de referencia para la formación de profesionales de la educación

PALABRAS CLAVE: Anfope; Movimiento de educadores; formación del profesorado. profesionales de la educación.

Introdução

Como vários autores (SAVIANI, 2007; LEHER, 2002; SANTOS, 2002; dentre outros) têm demonstrado, os movimentos da sociedade civil organizada foram os principais protagonistas no processo de derrocada do regime autoritário no Brasil, que teve seu início com o golpe militar de 1964 e finalizou em 1985, quando o

país retornou à normalidade democrática com as eleições presidenciais. Influenciava alguns destes movimentos os referenciais gramscianos, em especial o conceito de hegemonia. Para Gramsci, não se poderia separar a política da sociologia, da economia, da cultura, como destaca Brandão (2007, p. 24):

Apesar de ser um marxista, e ser contra qualquer tipo de elitismo, ele sempre achou que as ciências sociais tinham que estudar e abarcar o conjunto de atividades pelas quais as classes dirigentes não só mantêm como justificam seu domínio e tentam obter o consentimento passivo dos governados. Para ele, o problema político central era superar a divisão entre governantes e governados, isto é, transformar os governados, que constituem a classe subalterna, em capazes de serem governantes. Por isso, ele acreditava que não bastava vencer; era necessário convencer. Era possível que um grupo político, mesmo sem estar no poder, se transformasse numa classe dirigente da sociedade, desde que soubesse transformar os seus interesses em interesses universais desta sociedade. Por esse caminho, Gramsci cunhou a razão da hegemonia, que é fundamental para as ciências políticas. Essa ideia de hegemonia, ao meu ver, é a principal contribuição que ele deu às ciências sociais.

Tanto a concepção gramsciana de Estado Ampliado quanto a de hegemonia influenciavam os debates de parte dos educadores que nas universidades e nas escolas de educação básica buscavam reforçar pautas dos movimentos sociais que, em meados de 1970, iniciaram as suas manifestações contra o regime militar, cujo exemplo mais evidente, foram as jornadas operárias nas fábricas do ABC paulista.

Data desta década o início da movimentação no campo educacional, com a criação e revitalização de entidades e associações que assumem com mais nitidez a oposição ao governo militar. Este foi o caso da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) que teve um papel de destaque nas lutas pelo retorno ao Estado de Direito e pela democracia no país, conforme assinalou, o então Diretor da Faculdade de Educação da UFBA, Professor Nelson Pretto, quando da abertura da 55ª Reunião Anual da SBPC, realizada em Salvador, Bahia:

Durante a ditadura militar, a SBPC foi o palco de manifestações em defesa das liberdades políticas e pela volta do país ao regime democrático. Sou um desses que pode ser considerado meio que *filho da SBPC*. Desde o início da minha formação participei ativamente das reuniões da SBPC. Partíamos de ônibus para Natal, Recife, Porto Alegre, em delegações monumentais. Participávamos de tudo e até da polícia apanhamos. Os um pouquinho mais velhos certamente lembram do cerco ao Beirute – bar sempre em moda na seca Brasília – quando a polícia e o exército reprimiam nossos movimentos, tanto os de ir e vir, como os de luta contra a repressão e a ditadura militar instalada no país. Quem não lembra da reunião de São Paulo, transferida às pressas porque o governo militar havia proibido a reunião prevista para Fortaleza? Naquele ano, em um tempo mínimo, organizamos um dos mais emocionantes eventos que já vivi, reunindo

ANFOPE e as lutas dos educadores pela escola pública na década de 1980: uma visão dessa história a partir da CONARCFE

uma verdadeira multidão na PUC de São Paulo, com o histórico teatro Tuca sendo palco de grandes manifestações em defesa dos direitos humanos. (PRETTO, 2003)

É importante ressaltar que a SBPC, durante o regime militar, constituiu o único espaço para a expressão do contraditório em relação às políticas governamentais, uma vez que outras instâncias de manifestações foram coibidas pelo governo. Para a SBPC, em 1977, o contexto era de muita tensão, quando a Reunião Anual prevista para acontecer em Fortaleza, Ceará, foi proibida, tendo sido o evento deslocado para a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), em São Paulo. Conforme relato da então presidente da SBPC, Helena Nader: “*Foi a nossa primeira reunião no exterior, porque sendo a PUC território do Vaticano, os militares não puderam coibir a realização do evento*”¹. A Reunião realizou-se com ampla participação de pesquisadores e estudantes. Era a comunidade acadêmico-científica resistindo ao arbítrio e incentivando a resistência em todo território nacional.

Naquela conjuntura, os grupos de professores e estudantes das universidades brasileiras que participavam ou promoviam debates e manifestações em suas instituições em defesa da democracia e da escola pública passaram a ser vistos como partícipes do que foi aos poucos tornando-se conhecido como Movimento dos Educadores (ME). Este movimento foi impulsionado, ao final da década de 70 e início de 1980, por um conjunto de entidades: a SBPC, a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped), o Centro de Estudos Educação e Sociedade (Cedes) e a Associação Nacional de Educação (Ande).

Nesse período, o governo toma iniciativas atinentes ao campo educacional propondo mudanças para os cursos de Pedagogia e Licenciaturas, mediante definições legais exaradas pelo Conselho Federal de Educação (CFE). Assim, tem início o processo de reformulação do Curso de Pedagogia em 1975, ano em que o Conselho Federal de Educação (CFE) apresentou as Indicações n. 67 e 68/1975 e, posteriormente, em 1976, as Indicações n. 70 e 71/1976, todas da verve do Conselheiro Valnir Chagas, relativas à formação especializada do professor. Essas Indicações incidiam em profunda mudança nos Cursos de Pedagogia, alterando o Parecer CFE n. 252/1969 e a Resolução n. 2 /1969 que estabeleceram a formação de técnicos em habilitações - Orientação Educacional (OE), Supervisão Escolar (SE) e Administração Escolar (AE) e Inspeção Escolar (IE).

Conforme Aguiar et al. (2006, p. 823),

¹ Vide: <http://portal.sbpnet.org.br/noticias/ditaduraquebrahistoria-a-sbpc-na-luta-pela-redemocratizacao-do-pais/>

Nessa ocasião, a Valnir Chagas (1976) interessava provocar mudanças estruturais nas licenciaturas e propugnava a extinção do curso de pedagogia, quando aprovou no CFE as Indicações n. 67/68/1975 e n. 70/71/1976, que discorriam, respectivamente sobre Estudos Superiores de Educação, Formação Pedagógica das Licenciaturas, Preparo de Especialistas em Educação e Formação de Professores de Educação Especial. A Indicação n. 69/1976, que versava sobre Formação do Professor para os Anos Iniciais da Escolarização em Nível Superior, não foi homologada. Segundo a ideologia da época, o "pacote pedagógico" de Chagas referia-se à "Formação de Recursos Humanos da Educação", que incluía o preparo para as funções docentes e não-docentes da escola de 1º e 2º graus.

A homologação das quatro supramencionadas indicações foi recebida pelos educadores como mais uma arbitrariedade do poder que desconhecia práticas, pesquisas e estudos desenvolvidos pelos profissionais que se debruçavam sobre as questões da formação em seu cotidiano. Rapidamente, a mobilização nacional para a reformulação dos cursos de pedagogia tomou impulso à medida que foram suscitados debates acerca do *corpus* doutrinário e técnico das indicações do CFE.

Essas iniciativas governamentais encontraram resistência em várias universidades públicas, em especial da parte de nascentes entidades representativas de setores educacionais que se posicionavam em defesa da democracia e do Estado de Direito, como assinala Durli (2007, p. 201):

Em 1978, ano de criação da Anped e do Cedes, os educadores se reuniram em Campinas, no I Seminário Brasileiro de Educação, onde se questionou veementemente, como destacam Germano (2005) e Cunha (2005), a política educacional da ditadura.

Abordar aspectos dessa movimentação no campo educacional que propiciou o nascimento da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE), focalizando o papel desenvolvido pela Comissão Nacional de Reformulação dos Cursos de Formação do Educador (CONARCFE), com base em documentos oficiais, documentos da ANFOPE, bem como em referências bibliográfica relativas à temática, constitui o propósito deste artigo que, além da introdução e das considerações finais contempla os seguintes itens: marcos iniciais da resistência acadêmica no campo educacional; a ruptura do movimento dos educadores com o MEC: a emergência da Comissão Nacional de Reformulação dos Cursos de Formação do Educador (CONARCFE); a CONARCFE e o Ministério da Educação: primeiros contatos; a CONARCFE e os vínculos com entidades profissionais e do campo científico: primeiras aproximações; a participação estudantil na CONARCFE: o protagonismo dos estudantes e da Executiva Nacional de Pedagogia.

Marcos iniciais da resistência acadêmica no campo educacional

Em várias universidades públicas do país ocorriam movimentações de professores e estudantes que se contrapunham às iniciativas governamentais do período, todavia, foi no *I Seminário de Educação Brasileira* realizado em Campinas, São Paulo, entre 20 e 22 de novembro de 1978, que a resistência às iniciativas do CFE toma forma mais organizada.

Gadotti (1985) assinala que o referido Seminário² tinha a finalidade de apresentar os resultados da pesquisa *Análise do currículo e conteúdo programático dos cursos de Pedagogia com vistas a propostas alternativas de reformulação*, financiada pelo INEP, em 1978, e que foi publicada em 1980, com o título *Redefinição do Curso de Pedagogia*. Reportando-se à pauta do Seminário, afirma Gadotti (1985, p. 146):

O Seminário foi dominado pela *recusa* e pela *refutação* da concepção tecnoburocrática oficial. Daí a dificuldade do Prof. Valnir Chagas, por mim convidado para participar do encontro, de expor seu projeto de reformulação dos cursos para formação do educador. Na verdade, naquele momento, mais do que o conteúdo da proposta, estava-se rejeitando era a forma como o CFE e o MEC desejavam modificar os Cursos de Pedagogia e Licenciatura; refutava-se uma concepção da política educacional, que não incluía a participação dos educadores.

E, acrescenta:

Desde aquela época, tínhamos consciência de que uma redefinição do Curso de Pedagogia envolveria outras mudanças na estrutura do sistema educacional e que esta deveria ser precedida de um amplo debate. Temíamos que o governo impusesse uma mudança no currículo do Curso de Pedagogia, sem ouvir os educadores. Foi com essa preocupação que organizamos o I Seminário de Educação Brasileira (GADOTTI, 1985, p. 145).

Dado o contexto das mobilizações em prol da democracia que ocorriam no país, o Seminário agregou muitos educadores e, logo *'se transformou em marco histórico no Movimento dos Educadores que aspirava subverter a tradicional ordem de "cima para baixo" nas decisões sobre as questões educacionais'* (AGUIAR et al., 2006, p. 823).

² Organizado pela mesma equipe da Faculdade de Educação da Unicamp, que realizou a pesquisa sobre os Cursos de Pedagogia: Ophelina Rabello, Moacir Gadotti, Cecília de Azevedo L. Collares, Elizabeth S. P. de Camargo, Ivany R. Pino, Martha R. Pisani Destro' (GADOTTI, 1985, p.145).

Naquela conjuntura política, as iniciativas do MEC podem ser consideradas como um lance dado na disputa de projetos educacionais. Neste sentido, atente-se para a análise de Freitas (1993, p. 54):

No final da década de 70 o Estado tentou articular um projeto de formação do educador, na esteira da Lei 5.692, e o MEC resolveu abrir um debate a nível nacional, com seminários regionais e tentou uma alteração nos cursos de formação do educador que atendessem às necessidades imediatas do Estado. O Movimento dos Educadores barrou esta iniciativa e nasceu aí como um contraponto aos interesses do Estado.

Nesse cenário, estruturou-se, também, o Centro de Estudos Educação e Sociedade³:

O Centro de Estudos Educação e Sociedade surgiu em março de 1979, em Campinas (SP), como resultado da atuação de alguns educadores preocupados com a reflexão e a ação ligadas às relações da educação com a sociedade. A partir de sua criação, o CEDES passou a editar a revista Educação & Sociedade, e atualmente edita também os Cadernos CEDES. A ideia primeira de criação do Centro, assim como o primeiro número da revista surgiram durante o I Seminário de Educação Brasileira, realizado em 1978, na Unicamp.

A Revista Educação e Sociedade, mantida pelo Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES), *serviu de elo entre os educadores que se reuniram em Campinas e deu continuidade às posições aí firmadas* (GADOTTI, 1985, p. 146). Com efeito, desde então, a citada Revista revestiu-se de grande importância estratégica para a divulgação dos debates críticos a respeito das questões da formação do educador e das iniciativas de reformulações dos cursos de magistério, além dos temas educacionais contemporâneos.

As mudanças propostas para os cursos de Pedagogia somavam-se às preocupações com as questões do acesso e da qualidade da educação, que estavam no centro dos debates em várias universidades. Contudo, a iniciativa do CEDES na promoção do I SEB diferenciava-se de outras devido à ênfase dada quanto à necessidade de imprimir uma organicidade ao debate que se apresentava de forma fragmentada.

Aliás, conforme Saviani (2013, p. 268), partiu do professor Luiz Antonio Cunha *‘a proposta da retomada da série das conferências de educação, que resultou na realização, com periodicidade bienal, das seis Conferências Brasileira de Educação (CBEs), entre 1980 e 1991’*. Ele relata:

Estávamos em 1979, no âmbito da III Reunião da ANPED que ocorria em Salvador, em uma reunião com os representantes das três

³ Vide: Histórico do CEDES. Disponível em: <https://www.cedes.Unicamp.br/> Acesso em: 16 jun. 2019.

ANFOPE e as lutas dos educadores pela escola pública na década de 1980: uma visão dessa história a partir da CONARCFE

principais entidades da área de educação recentemente fundadas, a ANPEd, criada em 1977, o CEDES (Centro de Estudos Educação e Sociedade), articulado em 1978 e formalizado em março de 1979 e a ANDE (Associação Nacional de Educação), fundada em 1979. Um dos pontos discutidos nessa reunião era a organização, pelo CEDES, do II Seminário de Educação Brasileira, já que os articuladores dessa entidade haviam realizado, em 1978, o I Seminário de Educação Brasileira, pensado para ter sequência com periodicidade bienal. Foi então que, por iniciativa de Luiz Antonio, surgiu a proposta de juntarmos as três entidades e, em lugar do II Seminário, realizarmos um evento de maior porte. Articulou-se, dessa forma, a I Conferência Brasileira de Educação, retomando a memorável série das Conferências Nacionais de Educação organizadas pela ABE (Associação Brasileira de Educação) entre 1927 e 1967. (SAVIANI, 2013, p. 268)

Essas entidades – Anped, Cedes, Ande - organizam as sucessivas edições das Conferências Brasileiras de Educação (CBEs), que se transformam nos espaços mais relevante da organização das entidades acadêmico-científicas e dos profissionais e estudantes do campo da educação. É nesse espaço, durante a II Conferência Brasileira de Educação (II CBE), que se constitui o Comitê Pró-Formação do Educador, ideia que surgiu no I SEB, que teve uma função estratégica na organização dos educadores para resistir às iniciativas do MEC quanto às reformulações dos cursos de Pedagogia e Licenciaturas, como se discute no item que segue.

A ruptura do movimento dos educadores com o MEC: a emergência da CONARCFE

Embora tenham sido sustadas, em 1978, as Indicações do Conselheiro Valnir Chagas sobre os cursos de Pedagogia e Licenciaturas, o MEC utilizou a estratégia de incentivar ‘*as Faculdades de Educação das universidades públicas a reverem seus cursos de Pedagogia*’ (BRZEZINSKI, 1996, p.17), ao mesmo tempo, que promovia estudos e seminários para tratar do tema.

Neste sentido, a SESU/MEC realizou sete seminários regionais, entre agosto e setembro de 1981, tendo como tema a *Reformulação dos Cursos de Preparação de Recursos Humanos para a Educação*. Ressalte-se que, no período que antecedeu os seminários, as universidades receberam da SESU ‘*solicitação de propostas relativas à reformulação do curso de Pedagogia e conexões dinâmicas entre este curso e os das Licenciaturas*’⁴ que deveriam ser apresentadas nos

⁴ Vide documento: Uma Nova Proposta Curricular para o Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Paraná. EDUCAR, Curitiba, v. 2, n. 1, p. 163-180, jan./abr., 1982.

citados Seminários. Esta iniciativa do MEC confirmava a intenção do governo de alterar as estruturas do curso de Pedagogia e das Licenciaturas, o que despertou maior interesse de grupos da sociedade civil em discutir esta questão.

Todavia, não havia uma articulação entre esses grupos até o surgimento do Comitê Pró-Formação do Educador. Este Comitê articulou representantes em vários encontros estaduais e impulsionou o debate nas universidades das cinco regiões do país sobre a necessidade de pressionar o MEC para que promovesse um evento de caráter nacional para viabilizar a discussão das propostas sobre a questão da reformulação dos cursos de Pedagogia e Licenciaturas que emergiram nos encontros regionais promovidos pela SESu/MEC.

De fato, os debates que ocorreram nos seminários regionais evidenciaram que

a discussão havia sido insuficiente em extensão e profundidade e não conseguira envolver a totalidade dos interessados na Formação do Educador. Em função disso, reivindica-se, em todo o país, novas etapas para estas discussões, que deveriam convergir num Encontro Nacional. (ANFOPE/CONARCFE, 1990).

Divulgados os resultados dos seminários regionais, a Secretaria do Ensino Superior do MEC anunciou a realização de um Encontro Nacional de Reformulação dos Cursos de Preparação de Recursos Humanos da Educação em 1983, precedido de encontros estaduais. Nesta fase, como afirma Brzezinski (1996, p. 18), *‘o movimento desenvolvia estudos e pesquisas, cujos resultados eram absorvidos como produção científica, tanto pelo Comitê quanto pelo MEC’*.

E, ainda,

O registro dos documentos e discussões iniciais foi feito em volume publicado pela SESU/MEC em 1982, cuja função seria a de facilitar ou "agilizar" nova fase de consulta aos educadores. Em outubro, foi elaborada uma síntese dos documentos da primeira fase e, em junho de 1983, esta síntese foi encaminhada aos Estados com a comunicação de que a SESU/MEC promoveria, já no segundo semestre de 1983, o Encontro Nacional, devendo este ser precedido por Encontros Estaduais. Deve-se destacar, contudo, que o processo de discussão, anterior aos Encontros Estaduais, transcorreu diferentemente nos vários Estados (ANFOPE, 1992).

Definido pela SESU/MEC a realização do Seminário Nacional em Belo Horizonte, os vários representantes escolhidos nos seminários regionais foram recebidos no espaço do Instituto João Pinheiro nesta capital. Vale ressaltar que a maior parte desses representantes não se conheciam, mas, à noite, no primeiro dia, ao serem informados que os estudantes oriundos de vários estados enfrentavam dificuldades quanto aos alojamentos que seriam disponibilizados pela SESu/MEC,

iniciaram uma articulação que teve seus desdobramentos na sessão de abertura do evento realizada no dia seguinte pela SESu/MEC, no auditório do Instituto João Pinheiro.

Ao aproximar-se o término da sessão de abertura oficial do Seminário Nacional, a representante da Região Nordeste, professora Márcia Angela Aguiar, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) pediu um espaço à mesa coordenadora do evento para manifestar o sentimento dos participantes quanto ao tratamento inadequado dado pelo MEC às representações estudantis. Contudo, a presidência da Mesa negou a solicitação, o que gerou grande insatisfação entre os participantes, inviabilizando a continuidade da sessão sob a coordenação do Ministério. Sem clima para dar prosseguimento às atividades previstas, os representantes do MEC retiraram-se da Mesa, cedendo o lugar aos participantes do evento que assumiram a sua condução escolhendo uma nova coordenação para dar andamento aos trabalhos. Assim, de forma inusitada, o Seminário passou a ser dirigido até o final da programação por professores que foram indicados, naquele momento, pelos participantes: o professor Antonio Carlos Caruso Ronca, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP) e a professora Olga Molina da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP).

Foram três dias de Seminário com intensa participação dos representantes regionais e estaduais, professores e estudantes, resultando na aprovação de um documento que se tornou conhecido como *Documento de Belo Horizonte* no qual foram proclamadas as teses que se contrapunham às políticas de reformulação dos cursos preconizadas pelo Ministério da Educação e pelo Conselho Federal de Educação e que alçaram a centralidade nos debates sobre a formação dos profissionais da educação, ao longo das últimas décadas. Este Seminário e o documento dele resultante constituíram um marco histórico na trajetória das políticas de formação dos educadores brasileiros no ensino superior.

No último dia do Seminário, em novembro de 1983, os seus participantes reuniram-se e decidiram que, dada a relevância dos princípios e das teses aprovadas no Encontro para os cursos de formação de educadores de nível superior no país, seria imprescindível criar uma comissão para acompanhar o desenvolvimento do processo de reformulação dos cursos e mobilizar os educadores em todas as regiões para debater a questão. Com essa perspectiva, foi constituída a Comissão Nacional pela Reformulação dos Cursos de Formação do Educador (CONARCFE), composta por uma coordenação nacional, e com representantes regionais e estaduais. Começava, assim, mais uma etapa do debate nacional sobre a formação dos educadores, com a participação de um novo ator, a CONARCFE.

A CONARCFE e o Ministério da Educação: primeiros contatos

A primeira demanda de órgãos governamentais para apresentação das propostas do Movimento partiu do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos Anísio Teixeira (INEP), mediante convite formulado pelo professor Nicanor Palhares para a coordenação da CONARCFE participar da Mesa Redonda *A natureza e a especificidade da educação*, composta pelos professores Dermeval Saviani e Moacir Gadotti, no dia 5 de julho de 1984. Dado o grande prestígio dos dois expositores, foi um momento significativo para dar visibilidade à Comissão.

Vale ressaltar que, naquela ocasião, percebiam-se diferenças de enfoques teórico e epistemológico entre os dois professores, cujas discordâncias foram amplamente retratadas por Gadotti no livro *Educação e Compromisso* (GADOTTI, 1985) ao discutir as questões da especificidade da educação. Após a exposição dos professores Saviani e Gadotti, a Coordenadora da CONARCFE, professora Márcia Angela Aguiar (UFPE), fez a sua exposição apresentando o *Documento Final do Encontro de Belo Horizonte*, afirmando que a proposta para a formação dos educadores formulada no Encontro Nacional de Belo Horizonte de 1983 revestia-se de uma importância ímpar, no contexto do debate sobre a formação, por ser um produto da mobilização coletiva de professores, pesquisadores e estudantes de todas as regiões do país.

Mas, um aspecto chama a atenção nessa iniciativa do MEC: na publicação do INEP, oriunda deste Seminário, uma edição do periódico *Em Aberto*⁵, da parte do INEP, não há qualquer alusão à *Comissão Nacional de Reformulação dos Cursos de Formação do Educador*, tampouco houve o registro, na publicação, do *Documento de Belo Horizonte* apresentado durante a Mesa-Redonda. Sobre o evento, na Folha 4 do periódico, na matéria intitulada *Inep discute natureza e especificidade da educação*, temos apenas uma frase: *Contribuíram, também, para o enriquecimento do debate, as comunicações dos professores Roberto Moreira e Márcia Angela Silva Aguiar*. Agindo desta forma, o MEC evidenciava uma postura de silenciamento sobre a importância da contribuição do movimento dos educadores para a formação do educador.

Nessa publicação do INEP, o reconhecimento com relação à presença da CONARCFE somente foi expressa no texto do professor Moacir Gadotti, destacando o princípio basilar definido no Encontro de Belo Horizonte.

Um dos princípios norteadores da formação do educador, estabelecido no **Encontro de Reformulação dos Cursos de Preparação de Recursos Humanos para a Educação**, realizado em Belo Horizonte,

⁵ INEP. *Em Aberto*, n. 22, v. 3, 1984.

ANFOPE e as lutas dos educadores pela escola pública na década de 1980: uma visão dessa história a partir da CONARCFE

em 1983, considera que “a docência constitui a base da identidade de todo educador” (GADOTTI, 1985, p. 22).

O autor conclui o texto, fazendo referência explícita ao *Documento de Belo Horizonte*, quando afirma:

[...] parece-me que no tocante à reformulação do curso de Pedagogia e Licenciatura o projeto mais amplamente discutido é o que está parcialmente consubstanciado no Documento Final do Encontro Nacional de Belo Horizonte. É um ponto obrigatório de referência, fruto de seis anos de debate, síntese de um esforço nacional por uma educação democrática. É possível retomar essa luta, e, se possível, dar um salto qualitativo na concretização das metas aí expostas (GADOTTI, 1985, p. 30).

Em 1985, o INEP, presidido pela Professora Vanilda Paiva, convidou a CONARCFE para participar da Mesa Redonda⁶ sobre Licenciatura e Pedagogia, no *Seminário Sobre Formação do Professor*⁷. No ano seguinte, mais uma iniciativa do INEP sobre o tema da formação do educador ocorreu, em dezembro de 1986: o *Encontro sobre a Formação do Educador* com uma Mesa Redonda *Educador: a Busca da Identidade do Curso de Pedagogia*. Este Encontro que contou com a participação de trinta pesquisadores visou debater questões teórico-metodológicas e delinear uma proposta de pesquisa e ação que contribuísse para o avanço da área, como explicita a publicação do INEP, sobre os resultados do evento:

Nesta mesa buscou-se aprofundar a discussão sobre a identidade do curso de pedagogia - questão crucial para a formação do educador de primeiro e segundo graus - confrontando diferentes tendências presentes, hoje, no movimento nacional para a reformulação do curso de pedagogia e das licenciaturas (INEP, 1987).

Vários pesquisadores estiveram presentes e alguns foram expositores da Mesa Redonda. No debate que se seguiu, a professora Nilda Alves (UFF) questionou a não presença da CONARCFE na Mesa, nos seguintes termos:

Em primeiro lugar, gostaria de lamentar o fato de a Acácia dirigir-se especificamente ao INEP, e me sinto na obrigação de falar isso exatamente nesse momento em que se faz o resgate do movimento com a presença do Ildeu e do Ronca, que marcam dois períodos dele, e

⁶ Participaram desta Mesa: Márcia Angela Aguiar (UFPE e CONARCFE), Lisete Arelaro (PUC\SP), Susana Jimenes (UFCE), Deise Miranda Vianna (UFF) e Ignez Navarro de Moraes (UFPB).

⁷ Evento realizado em Belém, na Universidade Federal do Pará (UFPA), no período de 14 a 17 de outubro de 1985 e coordenado por Silvia Velho (INEPMEC) e Otilia Seiffert (Centro de Educação da UFPA). Participaram na condição de expositores e debatedores, dentre outros: Neidson Rodrigues (SEC/MG), Iracy Picanço (UFBA), José Carlos Libâneo (UFG), Isabel Lelis (PUC/RJ), Oder José dos Santos (UFMG), Zaia Brandão (PUC/RJ), Newton Cesar Balzan (Unicamp), Zeila de Brito F. Demartini (USP), Angela Valadares Dutra (FGV/IESAE).

não se tenha tido também na mesa a atualidade desse movimento. Parece-me que a riqueza do trabalho feito especialmente pela comissão, com a direção da Márcia, transcendeu 1983, período em que o Ronca melhor representaria aí nesta Mesa, embora ele não tenha absolutamente abandonado o movimento, bem como o Ildeu também não o abandonou; todavia, parece que do ponto de vista político da comissão deveria ter sido extremamente importante a existência, na composição dessa mesa, da direção que, afinal de contas, efetivou a permanência do movimento de 1983 para cá. Eu lamento que isso não tenha acontecido e gostaria de ter visto acontecer” (INEP, 1987).

Esta incisiva intervenção da pesquisadora convidada, professora Nilda Alves (UFF) evidenciava, mais uma vez, a dificuldade do MEC para lidar com o Movimento dos Educadores, evitando abrir canais para a divulgação das suas propostas. É oportuno ressaltar que a coordenadora nacional da CONARCFE, professora Márcia Angela Aguiar, citada pela professora Nilda Alves, estava presente neste evento a convite do Inep, mas, na condição de pesquisadora da UFPE. Diante do contexto e motivada pela intervenção da professora Nilda Alves, a professora Aguiar fez um pronunciamento em nome da CONARCFE aludindo às iniciativas oficiais para reformular o curso de Pedagogia, e destacando o papel da Comissão:

A gente tem este ano uma resolução, um parecer do Conselho Federal de Educação (CFE), em que a professora Eurides Brito foi a relatora e faz uma justificativa em seu parecer dizendo que os estudos, os debates que aconteceram até 1983 não tinham densidade suficiente para que o CFE legislasse com relação ao curso de pedagogia. E que, diante disso, propunha que fossem efetivadas experiências sob o acompanhamento da Secretaria de Ensino Superior (SESu). Isso, do meu ponto de vista, parece ser uma prova da nossa capacidade de resistência, porque se não estivéssemos organizados, não tivéssemos continuado com a questão da discussão, do debate neste país todo, sem nenhum recurso, no caso do MEC, então teria de fato saído uma legislação, um pacote regulamentando o curso de pedagogia, nos termos que alguns iluminados assim o quisessem. Então, para mim é extremamente importante que o estudo com relação aos problemas e às contradições desse curso, como também da licenciatura; continue, mas que ao lado disso também continue o movimento político, porque exatamente é esse movimento que vai impedir que se concretizem formas autoritárias, especialmente na Nova República, que está divergindo muito pouco da República anterior. Essa é uma primeira questão” (INEP, 1987, p. 38-39).

Ocorreu, ainda, um encontro da coordenadora da CONARCFE com representantes da SESu/MEC, em Campinas, no *Seminário sobre o Ensino Superior e a Formação do Magistério* (26 e 27 de junho de 1986) que reunia especialistas em educação, com a finalidade de ‘sugerir medidas para a atuação da SESU/MEC, visando à renovação e dinamização da política de formação do magistério pelas IES’. No dia anterior a este encontro, foi possível uma reunião

com participantes do grupo de educadores de São Paulo, o professor Luiz Carlos Freitas e Helena Freitas, ambos da UNICAMP, quando foi feita uma análise das motivações do MEC no processo de reformulação dos cursos. E, durante o Seminário da SESu, mais uma vez, foram entregues aos representantes do MEC os documentos da Comissão, com a solicitação expressa que fosse respeitada a trajetória do Movimento dos Educadores (CONARCFE/ANFOPE, 1986).

Por fim, essa forma limitada de tratamento dispensado pelo MEC à CONARCFE apenas reforçou o entendimento da Comissão sobre a necessidade de, cada vez mais, ampliar a visibilidade do movimento dos educadores pela formação do educador em todo país. E, assim procedeu a Comissão intensificando a presença dos seus membros junto às entidades do campo educacional, em especial a ANPEd, dado o prestígio científico desta entidade plenamente reconhecido na área educacional.

No que se refere aos contatos com o Conselho Federal de Educação, somente em 1989, a Comissão recebeu um convite do presidente da Câmara de Ensino Superior deste Conselho, o então Conselheiro Arnaldo Niskier, para participação da coordenadora no Painel⁸ do *II Fórum Permanente do CFE: Discussão sobre a Questão das Licenciaturas no Brasil*, em 4 de outubro daquele ano, no Plenário do CFE, em Brasília-DF.

No mesmo período que ocorriam esses contatos com os órgãos oficiais, a Comissão buscava aproximação com as entidades acadêmicas e profissionais do campo, como exposto a seguir.

A CONARCFE e os vínculos com entidades profissionais e do campo científico: primeiras aproximações

Uma das primeiras iniciativas da CONARCFE foi buscar estabelecer vínculos com a academia de forma sistemática. A análise da conjuntura indicava a necessidade de participação na Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), uma das associações científicas de maior prestígio no país. Daí que a primeira apresentação da CONARCFE em um evento científico vai ocorrer

⁸ Participaram, também, deste painel, coordenado pela conselheira Zilma Gomes Parente de Barros, os especialistas Fátima Cunha (Secretária de Educação do Rio de Janeiro), Ana Maria Pessoa de Carvalho, (SBPC), Luiz Carlos Freitas (Unicamp) e o Pe. Antonio Geraldo Amaral Rosa (CFE).

durante a Reunião da SBPC, em 1984, em uma mesa redonda⁹ composta pela coordenadora nacional e pela coordenadora regional Nordeste, que discutiram o tema da formação de professores.

Após a apresentação dos objetivos do Movimento pela Formação dos Educadores e do papel da CONARCFE, os debates foram acalorados com intervenções de alguns representantes de sociedades científicas que questionavam a pertinência da oferta da formação dos licenciados no âmbito das faculdades e centros de educação.

Com os esclarecimentos prestados pelas expositoras, bem como de outros membros da CONARCFE presentes nesta sessão, sobretudo, as oportunas intervenções do professor Antonio Carlos Caruso Ronca (PUC/SP) e da professora Lisete Arelaro (USP), vários pesquisadores demonstraram interesse em se aproximar da Comissão, tendo a Sociedade Brasileira de Física convidado a coordenadora para participar de uma atividade no Seminário da Sociedade que ocorreria logo após a realização da II Conferência Brasileira de Educação (CBE).

Neste mesmo evento da SBPC, realizou-se uma reunião da Comissão Nacional cujos membros avaliaram o andamento das ações e os passos seguintes a serem trilhados. Resultou desta reunião o Documento intitulado: “*REFORMULAÇÃO DOS CURSOS DE FORMAÇÃO DO EDUCADOR – Avaliação da Comissão Nacional dos Cursos de Formação do Educador (julho/1984)*”. Este documento de avaliação foi divulgado, pela primeira vez, na Revista de Ensino de Física¹⁰, em 1984, após o Seminário da Sociedade Brasileira de Física (SBF), para o qual foi convidada a coordenação da CONARCFE.

A nova oportunidade de proporcionar ampla visibilidade ao trabalho desenvolvido pela Comissão ocorreu na III Conferência Brasileira de Educação (III CBE), realizada na Universidade Federal Fluminense (UFF), em Niterói, no Painel intitulado *Os Educadores e o Movimento Nacional por novas diretrizes para formação do educador*¹¹. Este painel foi um dos mais concorridos da III CBE, o que demonstrava o grande interesse dos professores, pesquisadores e estudantes da Pedagogia e das Licenciaturas pela questão da formação dos professores.

Ainda em 1984, a CONARCFE esteve representada em uma mesa redonda sobre *Formação do Educador: perspectivas do Nordeste*, por ocasião da 1ª Reunião Regional da SBPC na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em João Pessoa,

⁹ Participaram dessa Mesa Redonda, como expositoras Márcia Angela Aguiar (Coordenadora Nacional) e Ignez Navarro de Moraes (Coordenadora Regional Nordeste).

¹⁰ Cf. Revista de Ensino de Física, vol. 6, n. 1, abr/1984, p. 57-66.

¹¹ Participaram desse Painel, as professoras Márcia Angela Aguiar, coordenadora nacional, e Ignez Navarro, coordenadora regional nordeste.

de 16 a 18 de abril de 1984. Nesta mesa, a participação também foi intensa, com a presença de educadores e estudantes da região Nordeste interessados na reformulação dos seus respectivos cursos.

Assim, também, ocorreu no 3º *Seminário: A Didática em Questão*, a convite da Coordenação do evento, realizado na Faculdade de Educação da USP, em 1985, que reconhecia a contribuição da Comissão para os debates sobre o tema.

Mas, considerando o contexto da época, a Comissão considerava prioritário ter um espaço na Reunião da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (ANPEd) para discutir e divulgar suas proposições, bem como ampliar a sua visibilidade como uma nova instância que emergia no debate sobre a formação do educador. Assim, a Reformulação dos Cursos de Formação do Educador foi objeto de discussão em Sessão de Comunicação Coordenada¹² na VII Reunião Anual da ANPEd.

Na VIII Reunião Anual da ANPEd, realizada entre 13 e 15 de maio de 1988, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP), no dia 13, no horário definido pela Diretoria da ANPEd para “Reunião de Grupos a partir de interesses específicos”, ocorreu a primeira Reunião da Comissão Nacional dos Cursos de Formação do Educador organizada pela Coordenação da CONARCFE¹³.

Nessa ocasião, a convite da professora Myriam Krasilchik, coordenadora do recém formado Grupo de Trabalho – Licenciaturas, a coordenadora nacional apresentou o Documento de Belo Horizonte aos participantes deste grupo¹⁴. E, pela primeira vez, no principal evento da ANPEd, foi realizada, no dia 13 de maio, a Reunião da Comissão Nacional dos Cursos de Formação do Educador. A partir desta data, em todas as Reuniões Anuais da ANPEd, a CONARCFE teve espaço para realizar seus encontros, o que contribuiu para a sua futura configuração como uma associação acadêmico-científica.

Contudo, considerando que a Comissão não se constituía como um Grupo de Trabalho da ANPEd, inicialmente, não havia espaço na Assembleia Geral para que fossem socializados os relatórios das atividades desenvolvidas. Para contornar tal dificuldade, a Comissão, reiteradamente, recorria à professora Lisete Arelaro

¹² Conforme informações registradas no Boletim Informativo, n. 2, junho/julho, 1984, da Comissão Nacional dos Cursos de Formação do Educador (mimeo), participaram da Mesa, as professoras Márcia Angela Aguiar, Coordenadora Nacional da CONARCFE, Myriam Krasilchik (USP), e Maria Lucília Alencar (FE/UNB). Nesse evento, estiveram presentes as professoras Olga Molina (FE/USP), Vera Maria Candau (PUC-Rio), Lucíola Paixão Santos (FE/UFV), Iria Barreto da Cunha (UCG), Maria Luiza Angelim (FE/Católica Brasília).

¹³ Vide: Boletim ANPEd, v. 7, n. 3, julho de 1985, p. 13.

¹⁴ Estiveram presentes nessa Reunião um grupo da CONARCFE: Ignez Navarro (UFPb), Aída Monteiro (UFPE), Márcia Maria de Oliveira Melo (UFPE).

(USP) que, dada a sua inserção na Associação, abria o espaço para a apresentação dos relatos da CONARCFE. Deste modo, as atividades iniciais da CONARCFE passaram a ser socializadas com o conjunto dos associados da ANPED.

Aos poucos, a aproximação com a ANPED foi se consolidando, e em suas Reuniões Anuais foi aberto espaço para a CONARCFE, sendo a coordenação convidada para participar de mesas redondas para discutir suas teses sobre a questão da formação de professores. Assim, ocorreu na 8ª Reunião Anual, em 13 de maio de 1985, na PUC/SP, na Mesa: *Movimento Nacional de Reformulação dos Cursos de Formação do Educador*; e, na 9ª Reunião Anual, realizada no período de 2 a 6 de junho de 1986, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), na mesa *Movimento Nacional de Reformulação dos Cursos de Licenciatura: situação atual e perspectivas*.

Esse diálogo inicial entre a CONARCFE e a ANPED prosperou e se consolidou com a institucionalização, posterior, da ANFOPE que se inseriu no rol das entidades científicas relevantes da área. Constituiu, também, uma importante via para o diálogo com outras associações científicas como a ANPAE.

Na reunião de avaliação da CONARCFE, realizada durante a Reunião Anual da ANPED de 1985, debateu-se a necessidade de se conhecer as experiências de reformulações dos cursos de Pedagogia, então em curso no país, mediante a realização de uma pesquisa sobre o estágio em que se encontravam as IES. O projeto foi formalizado no ano seguinte com a previsão de ser divulgado o resultado da pesquisa durante o II Encontro Nacional da CONARCFE, em Goiânia.

Assim, foi realizada a pesquisa, no período de 1986 a 1988, com financiamento do CNPq, abrangendo oito Estados da Federação e 45 Instituições de Ensino Superior, tanto públicas como privadas, que reformulavam os cursos de Licenciatura e de Pedagogia e que seguiram os princípios de reformulação sugeridos pelo Movimento Nacional no Documento de Belo Horizonte (1983). A pesquisa concluída foi apresentada em Brasília, no III Encontro Nacional da Comissão, em 1988.

E, na XI Reunião, realizada no período de 25 a 28 de abril 1988, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em Porto Alegre, a CONARCFE organizou a mesa-redonda *Formação do Educador* com exposições de Nilda Alves, Márcia Angela Aguiar e Célia Linhares. Nesta ocasião, Aguiar problematizou algumas implicações políticas da formação do educador, Linhares abordou o tema *Formação pedagógica: polos de controvérsias* e Alves analisou

os rumos do movimento pela reformulação dos cursos de formação do educador, mostrando que, ao contrário do que é afirmado por muitos,

esse movimento não só reage às ações autoritárias advindas do poder, em especial do CFE, mas tem apresentado, de forma extremamente coerente, saídas para os diversos impasses existentes. Exemplificou esta afirmativa com uma das questões centrais para o movimento: a base comum nacional (ANPED, 1988)¹⁵.

A CONARCFE ainda realizou o IV Encontro Nacional, em Belo Horizonte, com a coordenação nacional do professor Luiz Carlos de Freitas (Unicamp) e, no V Encontro Nacional, em julho de 1990, em São Paulo, os educadores decidiram pela sua transformação na Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação – ANFOPE, que assumiu, desde então, os mesmos compromissos estabelecidos no histórico Encontro de Belo Horizonte de 1983, marcando presença em todas as lutas importantes para a garantia dos direitos à formação de todos os profissionais da educação e a defesa da democracia no Brasil.

Aproximações com as entidades profissionais: Associações dos Administradores Escolares, Supervisores Educacionais e dos Orientadores Educacionais

A CONARCFE, também, buscou um diálogo com as entidades profissionais do campo educacional: inicialmente, procurou uma aproximação com a Associação de Administração da Educação (que modificou, posteriormente, sua denominação para Associação Nacional de Política e Administração da Educação). A ANPAE se relacionava tanto com o campo acadêmico vinculado ao ensino superior quanto com os profissionais da educação básica, o que lhe conferia uma característica singular que interessava à Comissão, que, por sua vez, congregava professores, pesquisadores e estudantes de ambos os níveis de ensino.

A ANPAE foi bastante receptiva com a CONARCFE, convidando a sua coordenação para participar da mesa *O profissional de administração da educação: seleção, formação e atuação*, no XIII Simpósio Brasileiro de Administração da Educação, realizado de 3 a 7 de novembro de 1986, na UFPB, em João Pessoa. O gesto se repetiria com o convite para participação na mesa *Estrutura do sistema escolar e a formação do professor e do administrador escolar*. Assim, nos espaços abertos pela ANPAE, as teses e os princípios do documento de Belo Horizonte sobre a Formação do Educador começaram a ser debatidos pelos administradores escolares¹⁶.

¹⁵ Vide Boletim da ANPEd, 1988, p. 45-46.

¹⁶ Nessas e demais articulações com a ANPAE tiveram papel colaborativo relevante anpaeanos, como Regina Vinhaes Gracindo (UnB), Lauro Carlos Wittmann (FURB), Vicente Madeira (UFPB), Walter Garcia (ABT), Maria Beatriz Luce (UFRGS) e Naura Syria Carapeto Ferreira (UFPR).

Com o intuito de debater a concepção de educador da CONARCFE buscou-se uma articulação com os orientadores educacionais, o que ocorreu com o convite feito à coordenação para participar do III Encontro Regional de Orientadores Educacionais do Norte/Nordeste¹⁷ (III ENROE), promovido pela Federação Nacional de Orientadores Educacionais (FENOE) e Associação dos Orientadores Educacionais do Estado de Alagoas (AOEAL), para *Apresentação dos trabalhos de reformulação dos Cursos de Pedagogia*.

Essas foram também as motivações da CONARCFE para buscar debater as teses e os princípios sobre a formação do educador expressos no *Documento de Belo Horizonte* em três sucessivos encontros nacionais dos supervisores educacionais, para os quais teria sido convidada. Com esse propósito, a coordenadora Professora Aguiar participou do *VII Encontro Nacional de Supervisores Educacionais*, que debatia o tema geral *Reformulação dos cursos de Educação*, em Belo Horizonte, no período de 30 setembro a 5 de outubro de 1984, integrando a Mesa redonda *Reformulação dos Cursos de Formação do Educador*.

Esse convite para apresentar os “*Estudos de Reformulação do Cursos de Educação*” representava para a Comissão a abertura de um canal de diálogo com a Associação dos Supervisores para tratar da unidade dos educadores em defesa de uma formação qualificada. Uma das supervisoras mais empenhadas em abrir esse debate na Associação era a professora Ana Rosa Brito, do estado do Pará, que se tornou, desde o início, um dos membros mais atuantes da CONARCFE.

A Comissão, ainda, foi convidada para participar do *VIII Encontro Nacional de Supervisores Educacionais* que se realizou em Salvador - BA no período de 27 de outubro a 1 de novembro de 1985 com o tema *Reformulação dos cursos de Formação do Educador*; e, do *IX Encontro Nacional de Supervisores Educacionais - ASSUEPE* - que se realizou em Recife, no período de 5 a 10 de outubro de 1986 integrando a Mesa redonda *Ensino e 3º grau - A formação do educador /supervisor e a especificidade do curso de Pedagogia – Supervisão Escolar*.

No estado do Rio Grande do Sul, a comunidade universitária do Rio Grande (RS), representada pela AESUFOPE, organizou o V Seminário Estadual das Licenciaturas no período de 23 a 25 de novembro de 1987, na Universidade do Rio Grande, e convidou a coordenadora da CONARCFE para debater o tema

¹⁷ O referido evento, realizado no período de 14 a 19 de julho de 1985, na Escola Técnica Federal de Alagoas (EFTAL), em Maceió, teve a presença, além da FENOE e da AOEAL, de associações de 11 estados: Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe. Presidia a Comissão Executiva do evento, a orientadora educacional Iralde Correia de Souza Oliveira, então presidente da AOEAL.

*Relação entre a formação do educador e a prática pedagógica no sistema de ensino de 1º e 2º grau*¹⁸.

Com esses diálogos, a CONARCFE buscava, em meio às tensões decorrentes de perspectivas teóricas e epistemológicas diferenciadas, pautar o caminho da unidade convocando as entidades representativas dos especialistas da educação a debaterem as teses fundamentais para o Movimento dos Educadores, “a docência como base da sua identidade profissional” e a “Base Comum Nacional” para os cursos de formação de professores.

A participação estudantil na CONARCFE: o protagonismo dos estudantes e da Executiva Nacional de Pedagogia

Faz-se justiça aos representantes estudantis aglutinados na Executiva de Pedagogia que participaram ativamente do Movimento dos Educadores, desde o Comitê Pró-Formação do Educador, ao se proclamar, no presente texto, que a sua organização e participação ativa nos Seminários Estaduais e Regionais que antecederam o Encontro Nacional de 1983, promovido pela SESu/MEC, bem como a sua resistência aos propósitos de reformas autoritárias por parte do MEC, foram um dos principais impulsionadores para a constituição da CONARCFE e de sua trajetória até se transformar na ANFOPE.

Foram os estudantes da Executiva Nacional dos Estudantes de Pedagogia e de outras entidades estudantis¹⁹, que garantiram o espaço para a voz da CONARCFE na famosa Assembleia Geral, dirigida pelo professor Osmar Fávero, da ANPED, no encerramento da IV Conferência Brasileira da Educação (CBE), em Goiânia/Goiás, em 1986, ocasião em que foi debatida e aprovada a *Carta de Goiânia*.

Com efeito, os estudantes de Pedagogia e das Licenciaturas, em todo o país, aglutinados em torno da *Executiva Nacional dos Estudantes de Pedagogia*, promoveram vários eventos incentivando o debate sobre a formação dos profissionais da educação e reforçando o papel da CONARCFE em suas respectivas regiões.

Neste sentido, uma das mais significativas movimentações estudantis ocorreu no estado do Amazonas, cuja Executiva de Pedagogia e representantes da

¹⁸ Participaram deste evento o Professor Nilvenius Paolli, da UNICAMP, e uma representante da SESu/MEC.

¹⁹ Como Luiz Fernandes Dourado (UFG), Marcelo Soares (UFG), Gustavo Barreto (FUNESO-PE), Antonio Carlos Maciel (UFMA) e tantos outros,

CONARCFE, após realização de vários eventos sobre o tema, mobilizaram educadores e estudantes para o I Encontro dos Cursos de Formação do Educador do Amazonas, de 29 a 31 de maio de 1985, para tratar do tema *Política Educacional e Educação dos Povos Amazônicos*, promovido pela Comissão/AM (CONCURFE), em colaboração com a Secretaria Municipal de Educação de Manaus e apoio do Governo do Estado do Amazonas²⁰. Para este evento, foram convidadas a Coordenadora Nacional para abordar o tema *Formação do Educador nas Licenciaturas e nas Habilitações Técnicas*, e a Coordenadora da Região Nordeste professora Ignez Navarro de Moraes (UFPb) para tratar da questão *Desafios para a reformulação dos Cursos de Formação do Educador*²¹.

A CONARCFE também foi convidada para participar do VII Encontro Nacional dos Estudantes de Pedagogia (ENEPE), realizado na Universidade Federal de Santa Catarina, no período de 19 a 24 de julho de 1987, em Florianópolis, SC, contando com o apoio do Centro de Educação. Neste evento diversas mesas de debates e painéis²² trouxeram temas relevantes para a educação²³ e a formação de professores²⁴, sendo que a primeira mesa de debate, com o tema *Educação e Ideologia*, teve como expositores os professores Antônio Joaquim Severino e Márcia Angela Aguiar. Outros eventos foram realizados pela Executiva Nacional de Pedagogia em vários estados da Federação, evidenciando o relevante protagonismo dos estudantes na organização dos debates sobre a formação do educador nos cursos de Pedagogia e Licenciaturas.

Considerações finais

Na atual conjuntura do país, em que assistimos, diuturnamente, aos retrocessos no plano político, ao desmonte de direitos sociais, ao aumento das desigualdades socioeconômicas, e aos ataques à educação, com corte de recursos para financiamento de pesquisas, analisar os esforços dos educadores para construir, nas décadas de 1980 e 1990, uma associação que desse visibilidade à perspectiva

²⁰ Coordenava a CONCURFE/AM o Acadêmico Antonio Carlos Maciel (UFMA) e era Secretário Municipal de Educação o Professor João Félix Toledo Pires de Carvalho.

²¹ Participaram, também, deste Encontro as professoras Cecília Collares (UNICAMP) e Maria Aparecida Moyses (Unicamp), Roberto Romano (Unicamp), Maria Laura Franco (FCC), Aldenice Bezerra (UA), Bruce Oaborne (UA), Moacyr de Góis (UFRJ), João Félix (SEMEC), dentre outros.

²² Programação do VII Encontro Nacional dos Estudantes de Pedagogia, promoção e realização da Executiva Nacional dos Estudantes de Pedagogia, de 19 a 24 de julho de 1987, no Centro de Educação da UFSC, em Florianópolis, SC. Mimeo.

²³ *Debate sobre a Reforma Universitária*, com representantes do ANDES Miriam Limoeiro (RJ) e Osvaldo Maciel (SC), Antonio Otávio Cintra (GERES), Rodolfo Pinto da Luz (CRUB), bem como a *Proposta de Educação para a Constituinte*.

²⁴ O Painel *Reformulação de Curso* teve como debatedoras, as professoras Nilda Alves (RJ), Neide Varela (RJ) e Marlene de Oliveira Lobo Saleiro (GO).

de uma formação crítica e cidadã mostra que os problemas que afetam o sistema educacional brasileiro somente serão equacionados com luta, coragem, persistência e de forma coletiva. Assim, agiram os educadores, que juntos com setores progressistas da sociedade brasileira, ajudaram a combater o regime de exceção e a construir o Estado de Direito no país.

É nesse contexto que as ideias libertárias ganharam corpo no campo educacional e impulsionaram os educadores a se organizarem e criarem ou revitalizarem suas entidades representativas. O trabalho coletivo de profissionais da educação e de estudantes interessados na formação de educadores conscientes, críticos e qualificados possibilitou a criação da CONARCFE, transformada em 1990, na Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE).

Com esse espírito e a partir das ideias lançadas durante o I Seminário de Educação Brasileira, na Faculdade de Educação da Unicamp, que se materializam no II Seminário de Educação, professores, pesquisadores e estudantes organizaram o Comitê Pró-Formação do Educador que contestava iniciativas de caráter autoritário, advindas do Ministério da Educação, no campo da formação de professores. Esse Comitê teve importância crucial na divulgação junto às universidades sobre o projeto governamental que pretendia alterar os cursos de formação dos professores, sem diálogo com a comunidade educativa. A reação do Comitê foi um fator chave para levar o MEC à decisão de realizar, tanto os seminários estaduais e regionais sobre a formação de educadores, quanto, posteriormente, um seminário nacional.

Esse Encontro Nacional de Reformulação dos Cursos de Formação de Recursos Humanos para a Educação realizado em Belo Horizonte, em 1983, marcou o afastamento dos educadores em relação ao MEC dada a condução autoritária dos processos para impor uma reforma no campo da formação de professores no ensino superior. No último dia desse evento, os participantes decidem pela criação da Comissão Nacional pela Reformulação dos Cursos de Formação do Educador (CONARCFE), encarregada de acompanhar a implementação das reformas nas instituições universitárias, bem comum mobilizar os setores educacionais para debaterem os princípios para a formação dos profissionais da educação firmados no encontro.

Neste artigo, (re)visitamos a trajetória inicial da CONARCFE, que, ao longo do tempo, buscou difundir os princípios e as teses sobre a formação dos educadores nos cursos de Pedagogia e de Licenciaturas, afirmados naquele Encontro. Seguindo o caminho aberto pelo Comitê Pró-Formação do Educador, a CONARCFE passou a ser um polo de resistência às reformas dos cursos, de caráter autoritário, bem como conseguiu aglutinar educadores que, com persistência e tenacidade, inscreveram os princípios e as teses construídas no

Movimento dos Educadores nas propostas curriculares dos cursos de Pedagogia e de Licenciaturas, bem como influenciaram as políticas de formação de professores do período em foco.

Dentre os princípios defendidos em 1983, que persistem válidos até os dias atuais, podem ser citados: a autonomia e liberdade acadêmica, a docência como base da identidade do profissional da educação, a sólida formação teórico-prática, a teoria e prática como núcleo integrador da formação do educador, a Base Comum Nacional dos Cursos como “concepção básica de formação do educador”, a perspectiva interdisciplinar do trabalho pedagógico. Além desses, o Documento Final do Encontro de Belo Horizonte define o educador como profissional que domina o conhecimento específico de sua área, articulado ao conhecimento socialmente produzido, que lhe permite perceber as relações existentes entre as atividades educacionais e a totalidade das relações sociais, econômicas, políticas e culturais em que o processo educacional ocorre, capaz de atuar como agente de transformação da realidade em que se insere (CONARCFE/ANFOPE, 1983).

Ao longo do período de 1983 a 1990, a CONARCFE esteve inserida de forma ativa em múltiplos debates sobre a formação dos profissionais da educação, por várias vezes impulsionou o desenvolvimento de reformulações dos cursos de formação em estados brasileiros, pautadas naqueles princípios. Com efeito, pode-se afirmar que a CONARCFE escreveu, nos últimos tempos, uma parte relevante da história da formação dos educadores em curso superior, sem temer enfrentar, com argumentações consistentes, posições diferenciadas atinentes às questões teórico-epistemológicas e políticas sobre a formação, sedimentando o caminho que seria percorrido, posteriormente, pela ANFOPE, que nesse ambiente de muitas reflexões, estudos e lutas, emergiu.

A ANFOPE continuou na mesma trilha, contribuindo com o debate crítico sobre a formação dos profissionais da educação, sem tergiversar sobre as políticas de formação vinculadas às condições materiais, o que significa a defesa permanente da valorização dos profissionais da educação, em termos da formação, condições de trabalho, planos de carreira e salários dignos, elos indissociáveis para a garantia da qualidade social da educação pública. Transcorridas três décadas de lutas e de produção coletiva do Comitê Pró-Formação do Educador, da CONARCFE e da ANFOPE, constata-se como sinal incontestado da vitalidade dessas posições a promulgação pelo Conselho Nacional de Educação da Resolução CNE/CP n. 2/2015, cujos fundamentos espelham ideias e proposições construídas, ao longo do tempo, por esse movimento.

Nos dias atuais, de avanço do neoliberalismo em todas as esferas da sociedade, e que direitos sociais e educacionais estão sendo duramente atingidos, ao mesmo tempo que são disseminadas formulações tecnicistas e gerencialistas no campo da

educação, em especial no tocante à formação dos professores e professoras da Educação Básica, a ANFOPE continua, junto com outros atores sociais, na resistência democrática em prol da formação plena dos profissionais da educação.

Referências

AGUIAR, M. A. S. et al. Diretrizes curriculares do curso de Pedagogia no Brasil: disputas de projetos no campo da formação do profissional da educação. *Educação e Sociedade*, Campinas, vol, 27, n. 96 – Especial, p. 819-842, out., 2006

ANFOPE/CONARCFE. **Documento Final do V Encontro Nacional**. Belo Horizonte, CONARCFE, 1990. Disponível em <http://www.anfope.org.br/wp-content/uploads/2018/05/5°-Encontro-Documento-Final-1990.pdf> Acesso: 10/5/2019.

BRANDÃO, Gildo Marçal. Gramsci e a esquerda brasileira hoje. *IHU On Line*, 231. 13 ago.2007. p.22-24. Disponível em <http://www.ihuonline.unisinos.br/media/pdf/IHUOnlineEdicao231.pdf> Acesso

BRZEZINSKI, I. **Formação de Professores** – Um desafio. Goiânia: UCG, 1996.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Resolução CNE/CP 2/2015. *Diário Oficial da União*, Brasília, 2 de julho de 2015 – Seção 1 – pp. 8-12.

CONARCFE. **Documento Final do I Encontro Nacional**. Belo Horizonte, CONARCFE, 1983. Disponível em <http://www.anfope.org.br/wp-content/uploads/2018/05/1°-Encontro-Documento-Final-1983.pdf> Acesso em 10/5/2019

CONARCFE/ANFOPE. I Avaliação da Comissão Nacional de Reformulação dos Cursos de Formação de Educadores) 36a. Reunião Anual da SBPC São Paulo, julho de 1984. Disponível em: <https://blogdaanfope.files.wordpress.com/2015/08/cnsbpc-841.pdf> Acesso: 10/5/2019

CONARCFE/ANFOPE. II Avaliação da Comissão Nacional de Reformulação dos Cursos de Formação de Educadores) III Conferência Brasileira de Educação. Niteroi, outubro de 1984. Disponível em: <https://blogdaanfope.files.wordpress.com/2015/08/cn3cbe-84.pdf> Acesso: 10/5/2019

CONARCFE/ANFOPE. III Avaliação da Comissão Nacional de Reformulação dos Cursos de Formação de Educadores) (*) VIII Reunião da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. São Paulo, Maio de 1985. Disponível em: <https://blogdaanfope.files.wordpress.com/2015/08/cnanped85.pdf> Acesso: 10/5/2019

CONARCFE. **Documento Final do II Encontro Nacional**. Belo Horizonte, CONARCFE, 1984. Disponível em <http://www.anfope.org.br/wp-content/uploads/2018/05/2°-Encontro-Documento-Final-1986.pdf>. Acesso: 10/5/2019.

CONARCFE. **Documento Final do III Encontro Nacional.** Belo Horizonte, CONARCFE, 1988. Disponível em <http://www.anfope.org.br/wp-content/uploads/2018/05/3º-Encontro-Documento-Final-1988.pdf> Acesso: 10/5/2019.

CONARCFE/ANFOPE. **Documento Final do IV Encontro Nacional.** Belo Horizonte, CONARCFE, 1989. Disponível em <http://www.anfope.org.br/wp-content/uploads/2018/05/4%C2%BA-Encontro-Documento-Final-1989.pdf> Acesso: 10/5/2019.

DURLI, Z. O movimento nacional pela reformulação dos cursos de formação do educador: embates na construção de um projeto coletivo de formação. In: NASCIMENTO, A. D.; HETKOWSKI, T. M. (orgs.) *Memória e formação de professores.* Salvador: EDUFBA, 2007, pp.199-218.

FREITAS, L. C. O profissional da educação: conceituação, formação e LDB. **Revista de Educação da CNTE.** Brasília, n.1, ano 1, 1ª edição, p. 51-64, jan, 1993.

GADOTTI, M. **Educação e Compromisso.** Campinas, SP: Papyrus, 1985.

INEP. **Formação do Educador: a Busca de Identidade do Curso de Pedagogia.** Brasília: Inep, 1987, série Encontro e Debates, 2.

LEHER, R. Movimentos sociais, democracia e educação. In: FÁVERO, O.; SEMERARO, G. (Orgs.). **Democracia e construção do público no pensamento educacional brasileiro.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p. 187-211.

SANTOS, B. de S. (Org.). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

PRETTO, Nelson. Discurso na 55ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Salvador, UFBA, 2003. Disponível em <https://www2.ufba.br/~pretto/sbpc.htm> Acesso

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

Recebido em: 19 jun. 2019.

Aprovado em: 29 jun. 2019.

* Marcia Angela Aguiar foi Coordenadora da Comissão Nacional de Reformulação dos Cursos de Formação do Educador (CONARCFE) de 1983 a 1988 e Presidenta da ANFOPE de 2002 a 2004. Professora Titular do Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), no curso de Pedagogia e na Pós-Graduação em Educação, linha de pesquisa Política, Planejamento e Gestão da Educação.

E-mail: marciaangelaaguiar@gmail.com